



## AVISO

### FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO- SETÚBAL

**Procedimento concursal urgente e simplificado para conversão de vínculos de emprego público a termo resolutivo em vínculos de emprego público por tempo indeterminado, visando a ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal, na carreira/categoria de Assistente Técnico.**

Ao abrigo do disposto no nº 4 do artigo 30º, do artigo 33º e do nº 1 do artigo 60º, todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, doravante designada por LTFP, na redação atual, e da alínea a) do nº 1 do artigo 11º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de Abril, torna-se público que, por deliberação do órgão executivo da Freguesia de São Sebastião, tomada em reunião ordinária, realizada no dia 2 de Novembro, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica da Autarquia, em conformidade com a alínea b) do nº 2 do artigo 60º da Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE), Lei nº 75-B/2020 de 31 de dezembro.

1- Nos termos do artigo 60º da Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE), Lei nº 75-B/2020, de 31 de Dezembro e em resultado de parecer favorável da deliberação da Junta de Freguesia de S. Sebastião, o recrutamento faz-se pela abertura de procedimento concursal urgente e simplificado para conversão de vínculos de emprego público a termo resolutivo em vínculos de emprego público por tempo indeterminado, restrito a assistentes técnicos, que se encontrem contratados a termo resolutivo incerto, em exercício de funções na Freguesia de São Sebastião.

2-Constituição do Júri:

Presidente: Cláudia Alexandra Cid Ladeiras da Silva, técnica superior da Junta de Freguesia de São Sebastião;

Primeiro vogal efetivo: Maria Helena Marcelino Silvestre, técnica superior da Junta de Freguesia de São Sebastião;

Segundo Vogal efetivo: Anabela Cantarino Marques de Carvalho Salazar, assistente técnica da junta de Freguesia de São Sebastião;

Primeiro vogal suplente: Marta Isabel Parreira dos Santos, assistente técnica da Junta de Freguesia de São Sebastião;

Segundo vogal suplente: Ana Cristina Alegria Gonçalves, técnica de informática da Junta de Freguesia de S. Sebastião.

### 3-Conteúdo Funcional:

3.1-Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processo, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau intermédio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

3.2- A descrição das funções não prejudica, nos termos do nº 1 do artigo 81º da Lei Geral de Trabalho em Funções Pública (LTFP), aprovada e em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, a atribuição aos trabalhadores as funções que lhes sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o/a trabalhador/a detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional.

### 4-Habilitações literárias e profissionais exigidas:

12º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado.

### 5- Local de trabalho:

O local de trabalho situa-se na área da Freguesia de São Sebastião ( Junta de Freguesia de São Sebastião, com sede no Largo Manuel da Luz Graça nº 5-A, 2910-5981 Setúbal).

### 6- Requisitos legais de admissão:

6.1-Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 60º da LOE de 2021, apenas se podem candidatar assistentes técnicos, que se encontram contratados, a termo resolutivo incerto, em exercício de funções na Junta de Freguesia de São Sebastião e que cumpram cumulativamente, até ao termo do prazo de entrega da candidatura, fixado no presente aviso, os seguintes requisitos gerais ( sob pena de exclusão):

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

### 7-Forma e prazo para a apresentação de candidaturas:

7.1- Prazo- 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica da Autarquia, em conformidade com a alínea b) do nº 2 do artigo 60º da Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE), Lei nº 75-B/2020 de 31 de dezembro.

7.2-Forma- A formalização das candidaturas deverá ser realizada, sob pena de exclusão, mediante o preenchimento integral do formulário de candidatura a procedimento concursal fornecido pela área de Recursos Humanos.

7.3- As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

7.4- Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

#### 8- Métodos de seleção:

8.1-De acordo com a alínea c) do nº 2 do artigo 60º da LOE para 2021 e considerando a urgência no presente recrutamento, serão aplicados os seguintes métodos de seleção:

8.1.1- Avaliação Curricular (A.C.): visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de exercício de funções caracterizadoras dos postos de trabalho em causa e avaliação de desempenho obtida. A valoração da avaliação curricular resultará da ponderação dos seguintes parâmetros:

- a) Habilitação académica ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes;
- b) Formação profissional, em que se considerarão as ações de formação que respeitem a áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao posto de trabalho a preencher, ou seja, as ações de formação de aperfeiçoamento, aquisição de competências ou de especialização e formação informativa adequadas e diretamente relevantes para o desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho concursado, realizadas desde 2017, inclusive, desde que devidamente comprovadas mediante apresentação de cópia do respetivo certificado, sendo que só serão considerados os certificados que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação de formação. Sempre que a formação seja certificada em dias ou semanas considerar-se-á um dia de formação equivalente a 6 horas e uma semana a 5 dias. No caso de, no documento comprovativo da conclusão da formação profissional, existir discrepância entre o número total de horas de formação e o número de horas efetivamente assistidas será contabilizado este último.
- c) Experiência profissional, em que se ponderará o desempenho efetivo e devidamente comprovado de funções caracterizadoras do posto de trabalho concursado.

8.1.1.1-A classificação da avaliação curricular (A.C.), assim como dos fatores acima identificados, será expressa na escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (HA \times 25\%) + (FP \times 25\%) + (EP \times 50\%)$$

Em que:

AC = Avaliação curricular;

HA= Classificação no parâmetro Habilitações Académicas;

FP = Classificação no parâmetro Formação Profissional;

EP = Classificação no parâmetro Experiência Profissional

8.1.1.2-Os parâmetros a considerar no método de avaliação curricular serão avaliados da seguinte forma:

**8.1.1.2.1-A valoração da habilitação acadêmica (H.A.) será atribuída de acordo com o seguinte critério:**

- Habilitação de grau acadêmico superior ao grau acadêmico de licenciatura = 20 valores;
- Habilitação acadêmica de nível habilitacional superior ao exigido para a candidatura (grau acadêmico de licenciatura) = 17 valores;
- Habilitação acadêmica de nível habilitacional exigido para a candidatura = 14 valores

**8.1.1.2.2-A formação profissional será valorada até ao máximo de 20 valores, de acordo com os seguintes critérios:**

- Nenhuma unidade de crédito = 0 valores;
- De 1 a 6 unidades de crédito = 10 valores;
- De 7 a 14 unidades de crédito = 12 valores;
- De 15 a 20 unidades de crédito = 14 valores;
- De 21 a 25 unidades de crédito = 16 valores;
- Mais de 25 unidades de crédito = 20 valores.

A Formação será convertida em unidades de crédito de acordo com as tabelas seguintes:

Duração da ação de Formação	Unidade de crédito
De 1 a 6 horas	1
Superior a 6 horas e até 12 horas	2
Superior a 12 horas e até 18 horas	3
Superior a 18 horas e até 24 horas	4
Superior a 24 horas	5

**8.1.1.2.3-A Experiência profissional (E.P.) será avaliada mediante a ponderação do tempo de exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho concursado, de acordo com os seguintes critérios:**

- Sem experiência profissional = 0 valores;
- Menos de 1 ano de experiência profissional = 12 valores;
- Entre 1 e 2 anos de experiência profissional = 14 valores;
- Entre 2 e 3 anos de experiência profissional = 16 valores;
- Entre 3 e 5 anos de experiência profissional = 18 valores;
- Mais de 5 anos de experiência profissional = 20 valores.

Os candidatos serão pontuados no fator experiência profissional até ao limite máximo de 20 valores.

8.1.1.2.4-O Júri pode exigir aos candidatos que apresentem os documentos comprovativos de fatos por eles referidos no currículo, que possam relevar para a apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovados.

8.2- Entrevista Profissional de Seleção (E.P.S.), que visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

8.2.1- Serão avaliados os seguintes parâmetros: Cultura Geral e experiência profissional; Gosto pelo trabalho em equipa; Sentido crítico e Motivações e interesses.

## 9-Sistema de classificação final

9.1- Cada um dos métodos utilizados é eliminatório pela ordem enunciada, sendo excluído o candidato que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhe sendo aplicado o seguinte. A valoração e a ordenação final dos candidatos que completem o procedimento serão efetuadas numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas e resulta da ponderação da seguinte fórmula:

$$CF= (AC \times 70\%) + (EPS \times 30\%)$$

Sendo:

CF= classificação Final;

AC= Avaliação Curricular;

EPS= Entrevista Profissional de Seleção.

9.2- A ordenação dos/as candidatos/as que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial será efetuada nos termos previstos no artigo 27º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril.

## 10- Notificação e forma de publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos:

10.1- A lista unitária de ordenação final dos/as candidatos/as será publicitada em lugar público e visível, no edifício da sede da Junta de Freguesia de São Sebastião e na sua página eletrónica ( [www.jfss.pt](http://www.jfss.pt)).

10.2- De acordo com o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 60º da LOE para 2021, este procedimento é publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica da Autarquia em [https:// www.jfss.pt](https://www.jfss.pt).

11- Posicionamento remuneratório: O posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados será feita numa das posições remuneratórias da categoria e objeto de negociação com a entidade empregadora pública, nos termos do artigo 38º da LTFP, conjugado com a portaria nº 1553-C/2018 de 31 de Dezembro, sendo que a posição remuneratória de referência é a 1ª, nível 5, da carreira e categoria de Assistente Técnico, a que corresponde o valor de € 703,13 da tabela remuneratória única.

12- Em cumprimentos da alínea h) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13-Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de Fevereiro, o/a candidato/a com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do Diploma legal supramencionado.

Setúbal, 11 de novembro de 2021

O Presidente da Junta,

Nuno Miguel Rodrigues Costa